

As regiões do Pantanal: Paraguai

Sandro Menezes Silva

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais – FCBA

O nome Paraguai está muito associado ao Pantanal, pois é o nome do principal rio da região, da bacia hidrográfica na qual está incluída a planície pantaneira, e de um dos países sul-americanos que têm parte do seu território no Pantanal. Sua origem vem do tupi-guarani, que significa rio dos papagaios, rio dos cocares ou rio das coroas. Paraguai também é o nome de uma das regiões reconhecidas para o Pantanal, que cobre a parte do rio que recebe os principais rios formadores do Pantanal, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Delimita-se a norte com as regiões de Cáceres e de Poconé, a leste com a região do Paiaguás, a sul com as regiões do Abobral e do Nabileque, e a oeste com a divisa com a Bolívia. Tem aproximadamente 8,1 mil quilômetros quadrados, o que equivale a cerca de 6% da planície pantaneira, incluindo partes dos municípios de Poconé, Corumbá e Ladário.

Nessa região o rio Paraguai corre sobre uma planície baixa, formando diversos meandros e baías, desviando dos maciços rochosos que se localizam na borda oeste do Pantanal. Na sua margem direita existem diversas lagoas, situadas entre as morrarias e o curso do rio, com destaque para as baías Uberaba, Gaíva, Mandioré, Vermelha, Castelo, Negra e Jacadigo, além da Cáceres, situada em território boliviano. Entre as morrarias, destacam-se a serra do Amolar e a morraria do Urucum. A serra do Amolar é um maciço montanhoso que se estende desde a lagoa Mandioré, na porção conhecida como Dourado, até a divisa com o Mato Grosso e a Bolívia, no sentido sul-norte, por cerca de 60 km em linha reta. A Serra integra a unidade geomorfológica conhecida como Faixa de Dobramentos Paraguai, formada predominantemente por rochas carbonáticas do Grupo Corumbá e correlatas. A Serra do Amolar, em seu limite norte, faz contato com a lagoa Gaíva, na divisa com a Bolívia. A morraria do Urucum está localizada ao sul da área urbana de Corumbá, composta basicamente pelos morros do Urucum, de Santa Cruz, de São Domingos, Grande, do Rabichão e da Tromba dos Macacos, que juntas formam o chamado “Maciço do Urucum”, e pelas morrarias do Zanetti, do Mato Grande e de Albuquerque.

A sede urbana do município de Corumbá, uma das principais cidades localizadas no Pantanal do Mato Grosso do Sul, está localizada nessa região; esse município já teve uma importância muito grande na história social e econômica da região. Seu nome deriva do tupi-guarani – *Curupah* - que significa “lugar distante”. Conhecida como “cidade branca”, devido à cor do solo rico em calcário, sua ocupação iniciou-se no século XVI, em função da procura de ouro pelos portugueses, que começaram a chegar nessa região por volta de 1524. A cidade foi fundada em 1778, inicialmente denominada como Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, com o intuito de impedir o avanço dos espanhóis em busca desse ouro; posteriormente virou um importante entreposto comercial para a região, sendo elevada à categoria de distrito em 1838, e para município em 1850. A cidade teve papel relevante durante a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, pois foi palco de uma das suas principais batalhas, quando foi ocupada e destruída pelas tropas paraguaias em 1865. Somente após 1870 a cidade começou a ser reconstruída, quando imigrantes chegaram à região e impulsionaram o comércio e a produção pecuária local; até 1930, Corumbá era o terceiro maior porto da América Latina; com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no início do século XX, o eixo comercial do Mato Grosso do Sul, então Mato Grosso, foi deslocado para Campo Grande, quando Corumbá passou a dedicar-se prioritariamente à exploração mineral, notadamente minério de ferro para exportação e calcário para produção de cimento, e à pecuária. O rebanho bovino no município, em 2021, era de 1.838.542 cabeças. Ao final da década de 1970, o turismo começou a figurar como uma atividade relevante para a região, demandando não só a estrutura necessária para viabilizar as atividades (meios de hospedagem e de restauração, agências, transporte e guias), como também a restauração de construções históricas, que acabaram se tornando mais um atrativo aos visitantes.

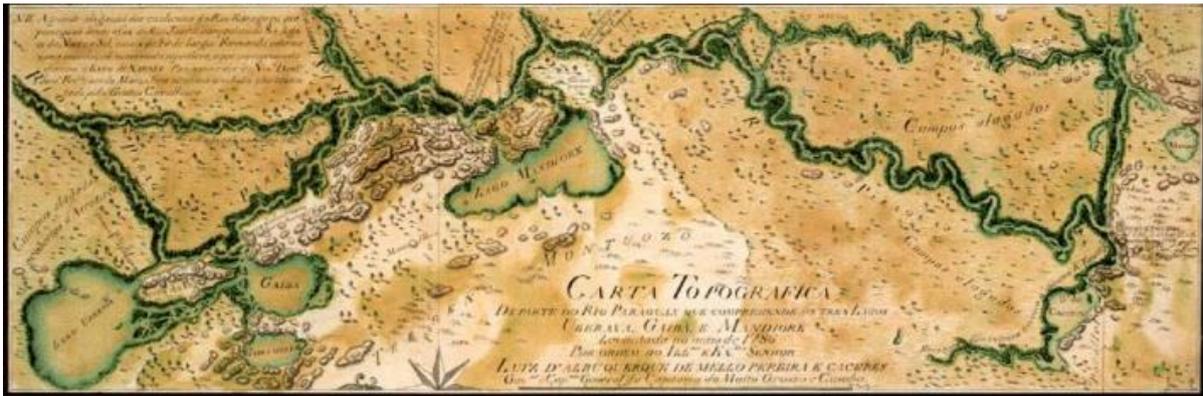
O Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, uma área protegida federal de grande importância para a conservação do Pantanal, está localizado nessa região. Trata-se de uma área com 135 mil hectares de extensão e 260 km de perímetro, criada em 1981, sendo um dos sítios Ramsar de importância mundial reconhecidos no Pantanal. O Parque tem ligação com a Área Natural de Manejo Integrado San Matias, na

Bolívia, e com um conjunto de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no lado brasileiro, formando um importante mosaico de áreas protegidas. Nessa região está localizada a Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, ou simplesmente Rede Amolar, uma importante iniciativa de proteção em terras privadas. A Rede Amolar foi criada em 2008, integrando órgãos governamentais, empresas, pessoas físicas e organizações da sociedade civil de interesse público, com o objetivo de promover a conservação e a gestão integrada de áreas protegidas e fazendas privadas com o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense. A Rede Amolar é gerida pelo Instituto Homem Pantaneiro, uma organização da sociedade civil sediada em Corumbá, MS, e integra, além do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Acurizal, Penha, Dorochê, Rumo Oeste e Eliezer Batista, além de fazendas privadas que têm a gestão voltada para a conservação da biodiversidade, como a Santa Tereza, Santa Rosa, Vale do Paraíso, Morro Alegre, Jatobazinho, São Gonçalo e Serra Negra, com aproximadamente 302 mil hectares de extensão. Protege uma das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade mais importantes do Pantanal denominada Borda Oeste do Pantanal, com o principal objetivo de conservar a biodiversidade da região, por meio de ações de fiscalização, comunicação, pesquisa científica, prevenção e combate a incêndios florestais.

Em termos de ocupação humana, na região do Paraguai há registros da presença dos índios Guató, principal grupo étnico remanescente na planície pantaneira. Considerados os indígenas canoieiros do Pantanal, ocupavam originalmente uma área inteiramente localizada na planície, no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bolívia, principalmente ao longo dos rios Paraguai, Paraguai-Mirim, Alegre, São Lourenço e Cuiabá, além das regiões do morro Caracará e da morraria do Dourado, e das lagoas Uberaba, Gaíva, Mandioré, Vermelha e Cáceres, além da ilha Ínsua. Desenvolviam atividades extrativistas, como coleta de iscas, pesca e caça, além de agricultura de subsistência. Os Guató não formavam aldeias, no sentido mais conhecido, e sim construíam casas simples, com apenas uma água de telhado trançado de acuri ou feito de couro de caça, dispersas na beira do rio durante a seca. Na cheia procuravam locais seco, como beiras de morros e aterros, que serviam de proteção na inundação e locais de cultivo. Nessa época diferentes famílias podiam coabitar um mesmo local, mas que, quando as águas baixassem, espalhavam novamente.

A presença dessa etnia nesse vasto território é registrada desde o século XVI por viajantes e cronistas que passaram pela região. Em meados do século XX, entre 1940 e 1950, a ocupação por fazendas de gado e por comerciantes de peles expulsou os Guató de seus territórios tradicionais, que migraram para outras partes do Pantanal, como as periferias de Corumbá, Ladário, Aquidauana, Poconé e Cáceres. Poucas famílias permaneceram na região, sendo, a partir da década de 50, considerados extintos pelo órgão indigenista oficial. Dessa forma, foram excluídos das políticas indigenistas, e, somente em 1976, índios Guató foram localizados em Corumbá, o que levou a uma reorganização do grupo e à luta pelo reconhecimento étnico. Existiam, em 2008, três núcleos Guató, um em Mato Grosso do Sul (aldeia Uberaba, Ilha Ínsua) e dois em Mato Grosso, em Barão de Melgaço e Poconé, onde localiza-se a Terra Indígena Baía dos Guató; o terceiro núcleo, em Mato Grosso, fica próximo à Cáceres. Segundo o Censo Indígena de 2022, a Terra Indígena Guató abriga 139 pessoas, sendo 134 declarados indígenas; em 2010 eram 148 indígenas, o que mostra um pequeno decréscimo nessa população. Na Terra Indígena Baía dos Guató foram registrados 121 indígenas.

Na região do Paraguai também são encontradas populações tradicionais de ribeirinhos, sítidas principalmente nas comunidades do Paraguai-Mirim, São Francisco, Amolar e Barra do São Lourenço. Essas populações têm como principais atividades econômicas a coleta de iscas vivas, que são comercializadas com os pescadores esportivos que procuram a região, a pesca e, eventualmente, a caça, ambas feitas somente para subsistência. Pequenas áreas de plantios e de criação de animais também são encontradas nessas comunidades, que protagonizaram conflitos pelo uso da terra quando algumas áreas naturais protegidas foram decretadas na região. Até hoje algumas questões ainda não estão satisfatoriamente solucionadas, o que leva a pontos de vista antagônicos em relação à conservação na região entre algumas organizações de conservação e segmentos da sociedade que defendem os direitos dessas comunidades. Esse tipo de conflito não é exclusivo do Pantanal, sendo bastante comum em outras regiões naturais do Brasil, como a Mata Atlântica e a Amazônia.



Carta Topográfica de parte do rio Paraguai, com as lagoas Uberaba, Gaiva e Mandioré, elaborada por Ricardo Franco Serra, Antônio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda Almeida, em 1797. Fonte: Costa (2016).



Capitão Fernandez (Chico), com sua família, Terra Indígena Guató, Mato Grosso do Sul. Fonte: Oliveira & Ribeiro (2021)



Cestaria Guató produzida pela Sra. Catarina, da Aldeia Uberaba, na ilha Ínsua, em Mato Grosso do Sul. Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/pelas-maos-de-catarina-cultura-guato-e-apresentada-ao-mundo-em-cestos-e-bolsas>

Fontes consultadas

- Balykova, K., & Godoy, G. (2020). A perda e a retomada do Guató. *Cadernos de Linguística*, 1(3), 01-15. Disponível em <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/230>
- Costa, A. V. D., Manfroi, M. N., & Chiaravalloti, R. (2022). O Impacto das Áreas Protegidas: Bem-estar das Comunidades Ribeirinhas Pantaneiras. *Ambiente & Sociedade*, 25. Disponível em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/p3YHQg7DD5hyDrbr9jTv9GG/?lang=pt>
- Costa, M. F. (2016). Visitando as lagoas Mandioré, Gaiva e Uberava nos textos e mapas de Almeida Serra e Castelnau. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Anais. Belo Horizonte, MG. Disponível em https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/16MariaFatimaCosta_3SBCH.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021). Cidades: Corumbá. Acessado em Agosto de 2023, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/historico>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023). Censo Demográfico 2022 – Indígenas: Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, RJ. 193 p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>
- Ministério do Meio Ambiente – MMA (2003). Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense. MMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Brasília, DF. 543 p. Disponível em https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/pantanal/lista-de-ucs/parna-do-pantanal-mato-grossense/arquivos/parna_matogrossense.pdf
- Moreira, V. F. (2011). Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar: rompendo fronteiras para a conservação do Pantanal. Dissertação de Mestrado, UFMS. 76 p. Disponível em <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/1834/1/Viviane%20Fonseca.pdf>
- Okida, R., Anjos, C. E. D., & Veneziani, P. (1998). Mapa geomorfológico da borda oeste do Pantanal: Maciço do Urucum e Adjacências. *Geosul*, 14, 630-632. Disponível em <http://marte3.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1905/2005/07.29.21.31/doc/6101.pdf>
- Oliveira, J. E., Ribeiro, M. S., Silva, G. J. (2021) Povos Indígenas no Brasil: Guató. Instituto Socioambiental – ISA. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guat%C3%B3>
- Silva, J. D. S. V., & de Moura Abdon, M. (1998). Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. *Pesquisa agropecuária brasileira*, 33(13), 1703-1711. Disponível em <https://rbgeomorfologia.org.br/index.php/rbg/article/download/299/272>